

POR QUE E COMO ESCREVER HISTÓRIAS DA TRADUÇÃO?

Lieven D’Hulst¹

¹Katholieke Universiteit Leuven, Leuven, Bélgica

Tradução de Helena Lúcia Silveira Barbosa²

Maria Teresa Mhereb²

²Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

Quando reconsideramos a história do lugar que foi dado a elementos históricos no contexto da reflexão sobre a tradução num sentido amplo, incluindo tanto tipos “modernos” como “antigos” de conceitualização do fenômeno tradutório, é possível ver que esses elementos raramente se tornaram tópicos principais de programas de pesquisa. Apesar das repetidas tentativas de dar uma base mais sólida para a pesquisa histórica (durante os últimos trinta anos mais ou menos), também se pode ver claramente que não faz sentido comparar a pesquisa histórica com outros tipos de pesquisa em tradução. O famoso modelo triádico dos estudos descritivos da tradução (EDT) de James Holmes (orientados para o produto, orientados para o processo e orientados para a função) encaixa a história tanto nos estudos descritivos orientados para o produto quanto nos orientados para a função, como um ramo de ambos. Ademais, enquanto a teoria está intimamente conectada com a descrição e a aplicação, a história não parece se beneficiar da teorização nem levar a aplicações. Seria um exagero comparar o destino da história da tradução com o da pesquisa histórica em disciplinas adjacentes.

Ainda assim, desde que a extraordinária expansão da disciplina na academia levou a uma maior autonomia e, com isso, a novas



possibilidades de estabelecer prioridades, não se pode ignorar que os estudos da tradução tenham se voltado recentemente para a história. Por quê? Poderíamos pensar em várias razões para explicar esse retorno à história (ver também D'Hulst (“Enseigner la traductologie: pour qui et à quelles fins?”)):

- *A história abre os olhos das estudiosas e estudiosos da tradução de uma forma prática;*
- *O conhecimento da história dá à estudiosa ou estudioso a flexibilidade intelectual de que ela ou ele necessita para adaptar regularmente suas ideias a outros pontos de vista;*
- *O conhecimento da história impede que a estudiosa ou estudioso se feche em uma única teoria;*
- *O conhecimento da história é talvez o único caminho para entender a estrutura da disciplina, apontando e destacando as relações entre diferentes abordagens e práticas;*
- *O conhecimento da história ajuda a desenvolver uma “cultura da tradução”;*
- *O conhecimento da história pode inspirar tradutoras e tradutores na busca de soluções para problemas técnicos.*

E o que isso indica? Alguém poderia facilmente pensar em várias outras razões para explicar o relativo sucesso das abordagens que recentralizam a história; um bom exemplo são os novos interesses de pesquisa importados de disciplinas jovens ou emergentes (estudos pós-coloniais, estudos de gênero, estudos cognitivos etc.)

Seja como for, voltemo-nos agora para a pesquisa histórica em si. Para começar, como deveríamos entender o conceito de “história”? Na verdade, vários tipos e métodos diferentes de historiografia coexistem de modo mais ou menos pacífico na maioria das disciplinas. As definições tradicionais usadas por historiadores opõem de forma um pouco abrupta a “história”, enquanto a totalidade das atividades científicas cujo objetivo é a descoberta, o inventário e a análise de fatos históricos, à “historiografia”, como a análise histórica da escrita da história. Na prática, essa distinção está longe de ser exata: há sempre algum tipo de percepção sobre o modo como alguém escreve a história. Contudo, o conceito de historiografia tem sido promovido em inúmeras disciplinas como uma abordagem clara e fortemente baseada em referenciais epistemológicos e metodológicos. Naturalmente, era grande o desejo de entender como e por que cada período gera suas próprias representações dos eventos, teorias e ideologias passadas, tal entendimento supondo o estabelecimento e emprego de métodos específicos.

O mesmo, no entanto, não ocorre nos estudos da tradução, uma disciplina que raramente, até agora, se interessou por sua própria história, pelo menos em menor medida do que na descoberta, inventário e análise dos fatos históricos: e mesmo esses fatos, os *res gestae*, permaneceram até recentemente, em comparação com outras práticas culturais, relativamente inexplorados. Alguém poderia dizer que tanto a ignorância do passado (e de um passado que *não* necessariamente ignora seu próprio passado) quanto a escassa base teórica sobre a qual a pesquisa histórica foi (e ainda é) realizada são amplamente responsáveis pelo que se poderia chamar de um “*delay*” em comparação com disciplinas vizinhas, das quais os estudos da tradução procuraram se tornar independentes (mas nunca conseguiram totalmente, reivindicando nos dias de hoje o *status* da interdisciplinaridade). É claro que essa situação em si, digo, o *status* aparentemente “pobre” de historiografia, é um objeto interessante de um ponto de vista histórico, o qual, por sua vez, poderia mostrar que, em uma concepção mais ampla, a historiografia é uma disciplina de múltiplas camadas, no sentido de que cada passo é

envolvido por outro maior, cuja natureza é também histórica: a historiografia é como uma daquelas bonecas russas dentro das quais há réplicas menores de si mesmas: a prática da pesquisa é baseada em uma teoria e em uma metodologia de pesquisa, as quais, por sua vez, são também baseadas em uma epistemologia de pesquisa.

Dizer o que o conceito significa é diferente de dizer o que exatamente deve ser esperado da disciplina, em termos concretos, na prática do dia a dia. Vários *métodos* diferentes de historiografia são possíveis. Mas, basicamente, no que diz respeito ao *objeto*, o número de categorias possíveis de fatos históricos é quase imensurável: qualquer coisa pode ser estudada, embora nem tudo seja relevante *a priori*. Mas a variedade ainda é maior do que a historiografia tradicional enraizada na história das ideias ou a literatura comparada podem nos levar a pensar. Para ser breve, vou me referir ao que a boa e velha retórica clássica listava como itens necessários a que o orador deveria se atentar ao preparar seu discurso (isso também lembrará a leitora e o leitor das teorias funcionais modernas da tradução, que levam em conta o maior número possível de parâmetros ao estudar a comunicação tradutória).

A seguir, sugiro algumas áreas possíveis para a pesquisa histórica utilizando a mesma lista de itens adotada pela retórica clássica (mas, é claro, alterando seu escopo).

***Quis?* (quem)**

A biografia intelectual do tradutor (seu histórico educacional e profissional, familiar, socioeconômico, ideológico e cultural), seus conceitos tradutórios, a poética explícita e implícita em sua prática, seu gênero e outros aspectos são elementos que estão se libertando da tradição positivista e anedótica. Um método interessante de descrição da figura do tradutor em termos de processos sociocognitivos é obtido ao se aplicar a teoria do *habitus* de Bourdieu à tradução: D. Simeoni tenta relacionar o estudo sobre as normas (textos e sistemas) ao *habitus* como “o *locus* principal de

onde partem as forças mentais, corporais, sociais e culturais” (33). Em outras palavras, tenta combinar o estudo das normas com essas forças culturais que determinam as habilidades tradutórias até o nível da variação estilística. Não só o tradutor como indivíduo, mas também grupos (ou escolas) de tradutoras e tradutores podem ser abordados por meio do ponto de vista mencionado; nesse sentido, também a *Pléiade* francesa¹, a tradução romântica germânica etc. (ver Delisle). Obviamente, uma abordagem similar pode ser defendida para a realização de um estudo histórico sobre acadêmicos da área dos estudos da tradução.²

***Quid?* (o que)**

O que foi traduzido? E o que não foi? Em outras palavras: quais foram os procedimentos de seleção utilizados (e com base em quais critérios)? Para responder a essas perguntas, é preciso organizar bibliografias de traduções e, em última instância, sobre o que poderia ter sido traduzido mas não foi. Quais parâmetros serão utilizados (gerais, linguísticos, temporais etc.)? Qual a abrangência dessa bibliografia: apenas materiais impressos? Apenas em formato de livro? Este ponto, inclusive, é bastante comentado por Pym.³

O que foi escrito sobre tradução? Quais gêneros tradutórios ou formas de se pensar a tradução uma cultura pode produzir (prefácios, críticas, tratados, trabalhos de natureza histórica, teorias,

¹ Grupo de sete poetas do século XVI, entre os quais Pierre de Ronsard e Joachim du Bellay. Entre suas ideias, estavam o emprego de formas poéticas novas ou renovadas dos clássicos, assim como enriquecimento e renovação da língua francesa, a fim de elevá-la ao mesmo *status* independente e nobre do latim e do italiano. (Nota das Tradutoras).

² O artigo de Adriana Silene Vieira, “Monteiro Lobato Translator”, *Crop - Edição Especial*, v. 6 (2001): 143-169, discute a questão “quem?”.

³ Dois artigos da edição especial da *Crop* (v. 6), que tratam de tradução e teatro, abordam a questão “o quê?”: Lia Wyler, “Theatre, Translation and Colonization” (75-90); e Tânia Brandão, “Translations and Elipses: Notes on 19th century Brazilian Theatre” (91-107).

entre outros)? Como são classificados? Mesmo no caso de culturas que já foram estudadas exaustivamente de diversos ângulos diferentes, materiais novos e importantes têm sido descobertos recentemente. Nesse sentido, há muitas evidências de que houve esforços abundantes e complexos de teorização na França no início do século XIX: por exemplo, dois estudos de doutoramento, que permaneceram desconhecidos até o presente momento, mostraram que havia um interesse profundo e bem aprimorado sobre a questão da tradução em diversos aspectos – e não apenas nas áreas aplicadas (ver D’Hulst, “Les premiers doctorats français sur la traduction”). A propósito, isso pode nos ajudar a levar mais a sério antigas correntes de pensamento sobre tradução (a ideia vigente entre acadêmicos contemporâneos é de que, para os objetivos modernos, existe tão pouco de relevante no pensamento antigo que podemos simplesmente ignorá-lo). Imaginemos o desastre que essa declaração representaria do ponto de vista de um arqueólogo.

Ubi? (onde)

Onde as traduções foram escritas, impressas, publicadas e distribuídas? E por quem (por editores específicos, como parte de edições específicas etc.)? Nos centros tradicionais de impressão e publicação dos textos originais (no caso da França, por exemplo, seria Paris) ou na periferia (traduções de textos religiosos e de literatura infantil eram normalmente produzidas em Tours e Avignon, na França, bem como na Bélgica no fim do século XIX)?⁴ Aliás, traduções não são sempre limitadas por sua *distribuição* para apenas uma comunidade linguística ou cultural. No fim do século XVIII e início do XIX na Europa, por exemplo, a França possuía uma fun-

⁴ Duas contribuições da mesma edição da *Crop* lidam especificamente com essas questões: Adriana S. Pagano, “‘An Item Called *Books*’: Translations and Publishers’ Collections in the Editorial Booms in Argentina and Brazil from 1930 to 1950” (171-194); e John Milton, “The Translations of the Brazilian Book Club, the Clube do Livro” (195-245).

ção mediadora no período da descoberta do teatro de Shakespeare pelo continente: tanto a seleção de textos como os conceitos e técnicas de tradução foram emprestados dos modelos franceses de tradução do drama (Ducis, Letourneur). Em muitos casos, mais coisas estavam em jogo: (1) naquela época, traduções francesas eram lidas e inseridas no sul da Europa (como na Itália e em Portugal) e até mesmo na parte oeste e norte (Noruega, Suécia, Dinamarca, Polônia e Rússia), e (2) eram então retraduzidas para os vernáculos (ver Delabastita e D'Hulst). Outra questão: onde tradutoras e tradutores viviam e trabalhavam? Para alguns autores (Pym, por exemplo), esta pergunta aponta para a existência de um espaço geográfico intermediário entre culturas nacionais, no qual tradutoras e tradutores operam de forma mais intensiva. A título de exemplo: a prática da tradução da língua alemã no século XIX na França concentrou-se em grande parte na região da Alsácia (cujas capitais são Estrasburgo), mas também ocorreu fora das fronteiras francesas, como na parte sul da Bélgica (de Liège a Namur e Bruxelas).

Onde acadêmicos da tradução trabalham e estudam? Sabemos como, a partir do século XVI, gramáticas e modelos voltados para o aprendizado de línguas (por exemplo, o modelo jesuíta conhecido como *Ratio studiorum*) espalharam-se não só na Europa, mas também nas colônias sul-americanas e asiáticas, e provavelmente ajudaram a estabelecer conceitos básicos de tradução nessas culturas. Também sabemos como no século XVII correntes do pensamento sobre tradução espalharam-se da França para países vizinhos. Da mesma forma, pode-se perceber como a disciplina é organizada atualmente levando em consideração características geoculturais: onde tais e tais tradições de pesquisa surgiram? Os estudos descritivos da tradução nasceram na região dos Países Baixos e em Israel; a teoria do *skopos*, na Alemanha; a pesquisa empírica, no norte europeu; os estudos pós-coloniais, nas Américas, e assim por diante. É também possível interpretar essa pergunta a partir de um ponto de vista mais abstrato: em quais estruturas educacionais e de pesquisa os estudos da tradução estão inseridos? Em universidades? Em quais departamentos universitários? Literatura

comparada? Departamentos de línguas? Se sim, em quais? Inglês? Francês? Alemão? Espanhol? Português? Em institutos de qualificação profissional? E qual o efeito de todos esses parâmetros na autoimagem e na heteroimagem da disciplina?

***Quibus auxiliis?* (por quais meios)**

Com a ajuda/suporte de quem/o quê tradutoras e tradutores desenvolveram seus trabalhos? Essa pergunta pode referir-se à patronagem e a outros mecanismos de controle que operam sobre tradutoras e tradutores, incluindo a censura (ver Lefevere), e até mesmo a contextos mais amplos, como convicções sociais e políticas. Muitas pesquisas foram desenvolvidas recentemente sobre as relações de poder em tradução, especialmente na interface entre estudos da tradução e estudos pós-coloniais.⁵

Por outro lado, bem menos estudados são os efeitos desses tipos de relações sobre a reflexão que é feita acerca da tradução, incluindo aquela do corpo acadêmico. Essa parece ser uma questão muito mais complexa, considerando que pesquisadoras e pesquisadores tendem a acreditar – e fazem com que se acredite – que elas e eles estão, de certa forma, trabalhando em um ambiente livre e sem amarras, o que parece ser a condição ideal para a formulação de afirmações objetivas a respeito da verdade ou, pelo menos, da validade científica.

***Cur?* (por que)**

Por que traduções ocorrem? E por que se comportam de determinada forma (que tipos de relações estabelecem com os textos-fonte, quais suas características estilísticas etc.)? Evidentemente, essas perguntas também tratam de questões complexas relacionadas

⁵ Sobre esse tema, a edição mencionada da *Crop* traz o seguinte artigo de Irene Hirsh: “Translations of Herman Melville in Brazil” (129-142).

à interpretação de forma geral e parecem ser realmente o ponto crucial da pesquisa em tradução. Entretanto, deveriam ser descartadas por serem utópicas? Eu, particularmente, acredito no valor heurístico de enunciados explicativos hipotéticos (em termos de leis tradutórias, por exemplo, ou de leis de causalidade, conforme desenvolvido por Chesterman). Não devem ser aceitos sem questionamentos como enunciados completos por si só, mas como enunciados que têm a função mostrar como as coisas podem ser entendidas e, conseqüentemente, apontar possíveis caminhos em pesquisas futuras.⁶

***Quomodo?* (como)**

Como as traduções foram executadas, considerando que somos capazes de reconstruir o processo *a posteriori*, ou seja, começando do resultado final? Outra pergunta: como normas tradutórias modificam-se no tempo e no espaço? Um posicionamento interessante para estudar-se sua evolução é desenvolvido por G. Toury (54, 62-63).

E o que pode ser dito sobre a criação de teorias da tradução ou de outras formas de conceituação? Quais são suas propriedades discursivas: a natureza e estrutura dos argumentos, axiomas, definições etc.? Poucos estudos tentaram responder a essa pergunta (Halverson é um exemplo recente e trata da evolução do conceito de equivalência).

***Quando?* (quando)**

De forma bem geral: historicamente, quando a tradução ocorre? De acordo com a teoria sistêmica, quase sempre, uma vez que culturas (quase) nunca não estão em contato com outras e que contatos

⁶ Lyra Wyler desenvolve esse raciocínio em seu artigo que integra a referida edição da *Crop*: “Translating Brazil” (33-50).

normalmente implicam (como foi demonstrado pela história das gramáticas⁷) formas de tradução (listas bilíngues de termos etc.). Traduções podem variar em frequência e propósito (por exemplo, podem adotar um comportamento novo e que rompa com barreiras normativas em momentos de viradas culturais, seja em sistemas jovens, seja em sistemas mais “fracos” que dão abertura para mudanças). Bibliografias podem ajudar a revelar padrões de frequência em períodos curtos e longos com critérios distributivos aprimorados (gêneros, autores etc.). Essa pergunta também se refere à periodização: como traduções podem ser estruturadas de acordo com parâmetros temporais – como épocas, séculos e gerações – ou conceituais? Quanto a este segundo ponto, podemos citar alguns específicos dos estudos da tradução, como as *belles infidèles*, ou seja, um marco temporal de mais ou menos quarenta anos, de 1620 a 1660; ou parâmetros emprestados de outras disciplinas, como o romântico, o pós-moderno e outros. As mesmas perguntas podem ser feitas com relação à reflexão sobre tradução: quando e onde as traduções surgiram, propagaram-se e perderam força? Sob quais circunstâncias? E assim por diante.

Cui bono? (qual a função)

Qual é o efeito da tradução, sua função, seu uso na sociedade? A literatura comparada tem colecionado uma enorme quantidade de informações sobre a recepção e o uso da tradução, apesar de nem sempre sustentadas por uma visão clara do que tais conceitos significam: a “influência” está normalmente muito próxima da causalidade ingênua, por exemplo. A teoria sistêmica tem dado alternativas para essa questão.⁸

⁷ Um bom exemplo é o artigo de Eduardo de Almeida Navarro na referida edição da *Crop*: “The Translation of the First Texts to Tupi, the Classical Indian Language in Brazil” (51-73).

⁸ Como mostra Maria Cristina Batalha em seu artigo contido na já mencionada edição da *Crop*: “The Place of Foreign Literature in the Brazilian Literary System” (109-128).

A lista de perguntas apresentada não constitui um programa de pesquisa nem pretende ser exaustiva; na verdade, tem a intenção de *mostrar* o que pode/deveria ser abordado pela historiografia da tradução e pelos estudos da tradução. Na prática, há pouquíssimos exemplos de projetos de pesquisa aprofundados capazes de lidar com muitas (ou, pelo menos, várias) dessas perguntas aplicadas à prática tradutória e/ou à reflexão sobre a tradução realizada em tempos passados (para não chamar de pesquisa moderna em tradução como tal). O caso atual – no fim das contas, pesaroso, mas que é inevitavelmente o caminho que muitas pessoas terão de seguir no futuro – corresponde ao da estudiosa ou estudioso que trabalha sozinho ou em um pequeno grupo e que busca respostas para um pequeno número de perguntas específicas a partir de um *corpus* que é, na maioria das vezes, ainda inexplorado.

Ainda assim, a historiografia deve manter sua ambição; falando de forma simples e direta, a historiografia deve almejar reconstruir o passado da melhor forma possível e *wie es eigentlich gewesen ist* [como realmente aconteceu]⁹, levando em consideração o maior número possível de parâmetros. Sou otimista e espero que esse objetivo esteja ao nosso alcance. A edição especial da Revista *Crop*, *Emerging Views on Translation History in Brazil*¹⁰, não apenas representa um importante passo à frente nesse sentido, mas também prova que estamos trabalhando na direção certa.

⁹ A afirmação de D’Hulst contrasta claramente com o pensamento de Walter Benjamin em suas famosas teses “Sobre o conceito de história”. Criticando a concepção positivista da história, Benjamin escreve que “articular o passado historicamente não significa conhecê-lo ‘tal qual ele propriamente foi’. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela lampeja num instante de perigo” (65). Essa parece ser a perspectiva que, de modo geral, circunscreve os estudos de gênero e os estudos pós-coloniais, voltados para uma reescrita da história desde o ponto de vista de sujeitos que foram “apagados” pela história e historiografia dominantes. (NT)

¹⁰ A edição especial da revista *Crop* (v. 6, abr. 2001) é um número importante por abordar novos olhares sobre a história da tradução no Brasil, tema que, na época de sua publicação, ainda estava despontando nos estudos da tradução no Brasil.

Referências

Benjamin, Walter. “Sobre o conceito de história”. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*, Trad. Jeanne-Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller, editado por Michael Löwy. São Paulo: Boitempo, 2007.

Chesterman, Andrew. “Causes, Translation, Effects”. *Target*, 10.1, (1998): 201-230.

Delabastita, Dirk; Lieven D'hulst (Ed). *Shakespeare Translations in the Romantic Age*. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins, 1993.

Delisle, Jean (Ed). *Portraits de traducteurs*. Arras-Ottawa: Artois Presses Université - Les Presses de l'Université d'Ottawa, 1999.

D'Hulst, Lieven. “Enseigner la traductologie: pour qui et à quelles fins?”. *Meta*, 39.1 (1994): 8-14.

D'Hulst, Lieven. “Les premiers doctorats français sur la traduction”. *Linguistica Antverpiensia*, XXXI (1997): 49-66.

Halverson, Sandra. “The Concept of Equivalence in Translation Studies. Much Ado About Something”. *Target*, 9.1 (1997): 207-223.

Holmes, James S. “The Name and Nature of Translation Studies” [1972]. *Translated!*, organizado por R. Van Den Broeck. Amsterdam: Rodopi, 1998, pp. 67-80.

Lefevere, André. *Translation, Rewriting and the Manipulation of Literary Fame*. Londres/Nova York: Routledge, 1992.

Pym, Anthony. *Method in Translation History*. Manchester: St. Jerome, 1998.

Simeoni, Daniel. “The Pivotal Status of the Translator's Habitus”. *Target*, 10.1 (1998): 1-39.

Toury, Gideon. *Descriptive translation studies and beyond*. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins, 1995.

Recebido em: 15/11/2020

Aceito em: 01/02/2021

Publicado em maio de 2021

Lieven D'Hulst. E-mail: lieven.dhulst@kuleuven.be. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7472-1607>.

Helena Lúcia Silveira Barbosa. E-mail: helenasilveirab@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3725-3672>.

Maria Teresa Mhereb. E-mail: teresamhereb@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7458-8829>.